

**CADERNO
DE
QUESTÕES**

**Processo de Escolha Unificado para o Conselho
Tutelar**

Quadriênio 2020/2024

UBATUBA

2019

Instruções Gerais:

1. Colocar o seu **nome** na **Folha de Respostas** e na **Folha das Questões Dissertativas**.
2. A Prova de Conhecimentos específicos possui 40 (quarenta) questões de múltipla escolha e 4 (quatro) questões dissertativas.
3. Os candidatos devem permanecer na sala, no mínimo, 1 (uma) hora após o início da Prova.
4. O Período da Prova será de 05 (cinco) horas. Serão dados três avisos: O primeiro, quando decorrer a primeira hora do início da Prova, o segundo, quando faltar 1 (uma) hora e o terceiro quando faltar 30 (trinta) minutos antes do término do período da Prova.
5. Haverá somente uma alternativa correta para cada questão.
6. Assinale atentamente as questões correspondentes às perguntas do **Caderno de Questões** na **Folha de Respostas**.
7. Não serão aceitas rasuras em hipótese alguma.
8. As questões que tiverem duas (02) respostas assinaladas serão consideradas erradas.
9. Após a realização da Prova, o **Caderno de Questões**, a **Folha de Respostas** e a **Folha de Questões Dissertativas**, deverão ser entregues aos fiscais.
10. Não será permitido nenhum tipo de consulta.
11. Todos os aparelhos eletrônicos, inclusive celulares e relógios digitais, deverão ser desligados. E guardados em local a ser definido pelo fiscal.

Boa sorte!

CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE DE UBATUBA – SP

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. **O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de julho de 1.990, é a lei que regulamenta o Art. 227 da Constituição Federal vigente e expressa, em suas disposições preliminares, uma doutrina que reconhece a criança e o adolescente como cidadãos, prevê uma política para a infância e a adolescência - com a criação de Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares - e garante à criança a mais absoluta prioridade no acesso às políticas sociais. Essa é a doutrina da:**
 - a) Assistência Integral.
 - b) Proteção Integral.
 - c) Garantia de Direitos.
 - d) Responsabilidade Pública
 - e) Proteção Especial

- 2- **Para possibilitar a reintegração familiar, a situação de crianças inseridas em programa de acolhimento institucional deve ser reavaliada:**
 - a) Anualmente, cabendo à autoridade judiciária definir sua situação.
 - b) Semestralmente, cabendo à autoridade judiciária definir sua situação.
 - c) Trimestralmente, cabendo à equipe multidisciplinar acionar a autoridade judicial quando necessário.
 - d) Não há um período pré-estabelecido cabendo à equipe multidisciplinar definir a situação e acionar a autoridade judicial para as providencias legais.
 - e) Semestralmente, cabendo à equipe multidisciplinar definir a situação e acionar a autoridade judicial para as providencias legais.

3. **Uma determinada decisão do Conselho Tutelar foi revista pelo juiz da Infância e da Juventude competente, a partir de pedido do interessado. O juiz em sua fundamentação utilizou os seguintes argumentos:**
 - I. Não compete ao Conselho Tutelar a inclusão de crianças e adolescentes em programa de acolhimento institucional.
 - II. Os interessados comprovaram que a decisão teria sido tomada por um só Conselheiro, que apenas utilizou-se de documento previamente assinado pelos demais Conselheiros, prática comum naquele Conselho Tutelar.
 - III. Não é competência do Conselho Tutelar requisitar vaga em serviço público, somente ao Juiz.
 - IV. O relatório encaminhado ao Ministério Público pelo Conselho Tutelar, visando à abertura de procedimento para destituição do poder familiar, está assinado apenas por Conselheiros, não por técnicos da prefeitura.

São argumentos corretos, de acordo o Estatuto da Criança e do Adolescente:

 - a) I e II.
 - b) I e III.
 - c) I, II e IV.
 - d) II e III.
 - e) II, III e IV.

- 4. Paula é integrante do Conselho Tutelar de um município. As decisões são tomadas pelo colegiado de conselheiros; contudo, houve uma situação em que, no plantão, teve que tomar uma decisão para a qual não tinha procedimento anteriormente definido. Assinale a alternativa correta:**
- a) Paula pode e tem competência para tomar qualquer tipo de decisão sem ter que passar pelo colegiado do Conselho Tutelar daquele município.
 - b) Tomar decisões no colegiado demonstra fraqueza e incompetência de seus membros, afinal foram eleitos para tomar decisões individuais.
 - c) As decisões do Conselho Tutelar, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente devem ser tomadas no colegiado e em momentos de impedimento precisam ser submetidas na primeira oportunidade junto ao colegiado.
 - d) No cotidiano do trabalho de conselheiro tutelar é assim que funciona, pois cada conselheiro tutelar trabalha tem autonomia nas suas decisões.
 - e) As alternativas a e d estão corretas.
- 5. Cristina deverá ser colocada em família substituta. De acordo com o artigo 28, parágrafo segundo, do ECA, para que isso aconteça, será necessário seu consentimento, colhido em audiência, caso ela já tenha completado:**
- a) 8 anos
 - b) 10 anos
 - c) 11 anos
 - d) 12 anos
 - e) 16 anos
- 6. A Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, que instituiu a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, também alterou a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), com relação à autorização de viagem de adolescentes. De acordo com a nova regra, um adolescente de 14 anos que more em São Paulo poderá viajar desacompanhado para Sorocaba?**
- a) Não, pois de acordo com o artigo 83 do ECA nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.
 - b) Não, pois de acordo com o artigo 83 do ECA nenhuma criança ou adolescente menor de 15 (quinze) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.
 - c) Poderá viajar se estiver acompanhado por pessoa maior de 21 anos.
 - d) Poderá viajar se estiver acompanhado por pessoa maior de 21 anos, mediante termo de entrega e responsabilidade fornecido pelo Conselho Tutelar.
 - e) Poderá viajar desacompanhado desde que haja autorização expressa dos pais ou responsáveis.
- 7. Marcio requisitou vaga para o 1º ano do ensino fundamental para uma criança de 8 anos que nunca frequentou a escola. A requisição contava com quinze dias e a escola não respondia sobre a vaga. Ao entrar em contato telefônico a pessoa que o atendeu respondeu que não daria a vaga para a criança, pois ela é muito “velha” para ingressar na sala das crianças pequenas, a vaga existia, porém seria ofertada**

para crianças que fossem de perfil homogêneo a turma. O Conselho Tutelar deve nesse caso:

- a) Aguardar por uma vaga que seja condizente com a idade da criança.
- b) Buscar apoio de autoridades locais que possam interferir nessa situação.
- c) Encaminhar a família para secretaria de educação para ser atendida.
- d) Pedir para a família aguardar que a criança alcance a idade para frequentar o EJA.
- e) Representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas requisições.

8. Gabriel, uma menino de 10 anos, foi surpreendido furtando vários objetos de uma grande loja de departamentos. Neste caso, o Conselho Tutelar poderá aplicar as seguintes medidas:

- a) Encaminhamento da criança à delegacia de polícia, que é o órgão do sistema de atendimento responsável pela apuração de atos infracionais e aplicação das medidas cabíveis.
- b) Agendar uma reunião com a diretora da escola.
- c) A aplicação das medidas de proteção adequadas ao caso concreto.
- d) A apuração detalhada da situação em que ocorreu o ato infracional e o encaminhamento de relatório circunstanciado ao Ministério Público, que tem a função de representação nos casos de atos infracionais.
- e) Um dos conselheiros assumir a tarefa de fazer uma advertência verbal à criança, como medida prevista no artigo 115 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para que não venha a cometer novas infrações.

9. Podemos afirmar que são atribuições do Conselho Tutelar, exceto:

- a) Expedir notificações.
- b) Comunicar ao Ministério Público, Poder Judiciário e autoridade policial os casos que exijam a intervenção desses órgãos.
- c) Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- d) Aplicar as medidas socioeducativas previstas no ECA.
- e) Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

10. Analise as afirmativas a seguir:

- I. Decretada a internação provisória, o adolescente deve aguardar, privado de sua liberdade, o julgamento final do processo por um período não superior a três meses.
- II. A aplicação da medida socioeducativa de internação deve ocorrer em casos excepcionais, sendo esta a última medida a ser adotada quando outra não for a mais adequada.
- III. Quando um adolescente não cumpre adequadamente a medida em meio-aberto, aplicada combinada com uma remissão, o juiz da execução poderá decretar regressão pelo prazo limite de 120 dias.
- IV. Tendo sido julgado o adolescente e, ao final do processo, aplicada uma liberdade assistida, se não cumpri-la, poderá ser privado de liberdade por até 3 meses.
- V. O limite de tempo possível para a internação provisória é impreterivelmente de 3 anos.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) II e V
- d) III e V.
- e) II e IV.

11. A Lei 12.010/09 também conhecida como Lei da Adoção, trouxe alguns pontos significativos que diferem da redação anterior do ECA em diversos aspectos, alguns deles estão apresentados abaixo. Assinale a alternativa correta:

- a) Crianças e adolescente não deverão permanecer por mais de 2 anos em acolhimento institucional; o adotado tem direito de conhecer sua origem biológica bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada após completar 18 (dezoito) anos.
- b) Crianças e adolescente não deverão permanecer por mais de 3 anos em acolhimento institucional; o adotado tem direito de conhecer sua origem biológica bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada após completar 18 (dezoito) anos.
- c) Crianças e adolescente não deverão permanecer por mais de 2 anos em acolhimento institucional; o adotado tem direito de conhecer sua origem biológica bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada após completar 21 (vinte e um) anos.
- d) Crianças e adolescente não deverão permanecer por mais de 1 ano em acolhimento institucional; o adotado tem direito de conhecer sua origem biológica bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada após completar 21 (vinte e um) anos.
- e) Crianças e adolescente não deverão permanecer por mais de 2 anos em acolhimento institucional; sendo que o adotado não terá acesso ao processo no qual a medida foi aplicada após completar 18 (dezoito) anos.

12. Reginaldo é brasileiro, solteiro, tem 19 (dezenove) anos e pretende adotar Matheus, um menino de 2 (dois) anos. Segundo a legislação vigente, essa adoção é possível?

- a) Não, pois o adotante deve ser maior de 21 (vinte e um) anos.
- b) Não, pois o adotante precisa ser casado.
- c) Não, pois o adotante há de ser, pelo menos, 18 (dezoito) anos mais velho do que o adotando.
- d) Sim, pois o adotante é maior de 18 (dezoito) anos, 17 (dezessete) anos mais velho do que o adotando, e seu estado civil independe para a adoção.
- e) Sim, desde que o adotante venha a contrair matrimônio.

13. Jéssica completou 15 (quinze) anos e foi convidada por um comerciante da região onde reside, para trabalhar em seu estabelecimento, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h00 às 17h00, permanecendo na escola no período noturno. Sua mãe ficou satisfeita, pois além de aprender um ofício, a filha poderá guardar dinheiro para cursar uma faculdade. Com relação ao Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, previsto no ECA, é correto afirmar que:

- a) Jéssica não poderá trabalhar, pois a legislação proíbe qualquer trabalho a menores de 18 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 16 anos de idade.
- b) Desde que frequente a escola, Jéssica poderá trabalhar, para ajudar na renda familiar e aprender um ofício.
- c) Jéssica não poderá trabalhar, pois a legislação proíbe qualquer trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos de idade.
- d) Jéssica só poderá trabalhar se houver autorização prévia do Conselho Tutelar.
- e) Jéssica só poderá trabalhar se for constatada a absoluta falta de condições familiares para o seu sustento.

14. A respeito do poder familiar dos pais, assinale a opção correta.

- a) A condenação criminal do pai ou da mãe implica a destituição automática do poder familiar, especialmente no caso de condenação por crime doloso sujeito à pena de reclusão praticado contra o próprio filho ou filha.
- b) O poder familiar será exercido apenas pelo pai, a quem compete prover o sustento e o bem-estar da família.
- c) A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar; nesse caso, a família deverá ser incluída em serviços e programas oficiais de proteção, apoio e promoção
- d) O fato de a mãe e o pai terem direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança implica que apenas as crenças e culturas que lhes sejam comuns deverão ser transmitidas às crianças.
- e) A perda do poder familiar poderá ser decretada pelo conselho tutelar do município no caso de descumprimento injustificado dos deveres de sustento, guarda e educação dos filhos.

15. O Conselheiro Tutelar recebe uma denúncia realizada pela escola, cujo motivo era o de excesso de faltas de uma criança de 10 anos de idade, o que caracterizaria negligência por parte dos pais. No atendimento, ficou constatado que os responsáveis por questões vinculadas a excessiva carga horária de trabalho, desconheciam que o filho estava faltando na escola e alegaram que a unidade educacional não havia informado sobre o fato. O pais de pronto, responsabilizaram-se em acompanhar mais de perto o desempenho escolar do filho e não foi encontrado nenhum outro motivo que caracterizasse a situação de negligência por parte dos pais. Sendo você o Conselheiro Tutelar que atendeu a denúncia, quais seriam as providências a serem adotadas?

- a) Encaminharia o caso para o Juiz da Vara da Infância e Juventude para que os pais recebessem uma advertência, porque nada justifica o fato dos mesmos não estarem acompanhando a contento o desempenho do filho na escola.
- b) Encaminharia o caso para o Ministério Público, para que os pais recebessem uma advertência porque nada justifica o fato dos mesmos não estarem acompanhando a contento o desempenho do filho na escola.
- c) Encaminharia os pais para a Defensoria Pública, para que os mesmos conseguissem judicialmente, uma redução de sua carga horária de trabalho.
- d) Encaminharia o caso para o CRAS da região para que esta criança pudesse ser inserida no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e conversaria com a escola.
- e) Realizaria apenas orientação à família, pois não há presença de violação de direitos.

16. São atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, exceto:

- a) Conhecer a realidade de seu território e elaborar um plano de ação, definindo as prioridades de atuação.
- b) Formular, avaliar, deliberar e controlar as políticas públicas destinadas ao atendimento à criança e ao adolescente.
- c) Gerir o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, definindo a destinação dos recursos por meio de um plano de aplicação.
- d) Realizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.
- e) Realizar visitas nas entidades governamentais e não governamentais de atendimento a crianças e adolescentes, com a elaboração de relatório que deverá ser encaminhado ao Conselho Tutelar para que este proceda ao registro das referidas entidades.

17. O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) é composto por vários órgãos e instituições do poder público e da sociedade civil, que atuam de forma articulada e integrada. Para melhor funcionamento do Sistema foram definidos eixos de atuação que são compreendidos como:

- I. Eixo da Defesa dos Direitos Humanos: caracteriza-se pela garantia do acesso à justiça, visando à exigibilidade do direito e à responsabilização jurídica dos violadores.
- II. Eixo do Controle Público dos Direitos Humanos: caracteriza-se pelo monitoramento da política realizado pelas instâncias governamentais, visando ao acompanhamento e avaliação das ações públicas voltadas aos direitos humanos de crianças e adolescentes.
- III. Eixo da Promoção dos Direitos Humanos: caracteriza-se pelo desenvolvimento da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, por intermédio da execução de serviços, programas e ações públicas, realizados de forma transversal e intersetorial, visando à satisfação das necessidades básicas de crianças e adolescentes pelas políticas públicas.

Assinale:

- a) Se apenas I e II estiverem corretas.
- b) Se apenas I e III estiverem corretas.
- c) Se apenas II e III estiverem corretas.
- d) Se apenas III estiver correta.
- e) Se todas estiverem corretas.

18. O Conselho Tutelar tem as atribuições abaixo, exceto:

- a) A providência da medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no Artigo 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional.
- b) A suspensão ou destituição do poder familiar.
- c) O atendimento e aconselhamento a pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas no Artigo 129, I a VII.
- d) O atendimento às crianças e aos adolescentes nas hipóteses previstas nos Artigos 98 e 105, aplicando as medidas previstas no Artigo 101, I a VII.
- e) Nenhuma das respostas anteriores

19. No que se refere ao Direito à Convivência Familiar e Comunitária, direito fundamental previsto no ECA, Capítulo III, artigos 19 a 24, é correto afirmar:

- a) Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, sendo que em caso de carência de recursos materiais, será aplicada a medida protetiva de acolhimento institucional.
- b) Os filhos havidos em processo de adoção, só adquirem direitos plenos, após 5 (cinco) anos de convivência com os adotantes.
- c) A mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional perderá o direito de conviver com os filhos, que serão entregues à adoção.
- d) A perda e suspensão do poder familiar poderão ser decretadas pelo Conselho Tutelar nos casos de violência física e abuso sexual.
- e) O poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência.

20. Com relação ao Estatuto da Criança e Adolescente, assinale a opção verdadeira:

- a) As decisões do Conselho Tutelar não poderão ser revistas.
- b) O acolhimento institucional é medida protetiva provisória e excepcional, usada como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo está possível, para colocação em família substituta.
- c) A criança e o adolescente estão ambos, sujeitos ao regime das medidas socioeducativas e ao sistema das medidas de proteção.
- d) Quando os direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e Adolescente forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado ou por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável, a criança ou o adolescente deve receber a medida socioeducativa adequada, dentre as previstas no art. 112.
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

21. Leia as afirmações a seguir e de acordo com o artigo 149 e incisos do ECA, assinale a alternativa correta.

- I. Crianças e adolescentes que desejem participar, como espectadores, de eventos públicos, não necessitam de autorização judicial, desde que estejam acompanhados pelos pais ou responsável.
- II. O Conselho Tutelar pode autorizar a entrada e permanência de crianças e adolescentes em estúdios de televisão, mediante termo de responsabilidade assinado pelos pais ou responsável.
- III. É imprescindível autorização judicial específica para a participação da criança ou adolescente em certames de beleza, mesmo que estejam acompanhados pelos pais ou responsável.
- IV. Compete à autoridade judiciária disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará, a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em casa que explore comercialmente

Pode-se afirmar que:

- a) São corretas as afirmações I, II e IV.
- b) São corretas as afirmações I e III.
- c) São corretas as afirmações II e III.

- d) São corretas as afirmações I, III e IV.
- e) Todas as afirmações são corretas.

22. O Programa de Famílias Acolhedoras caracteriza-se como um serviço que organiza o acolhimento, na residência de famílias acolhedoras, de crianças e adolescentes afastados da família de origem mediante medida protetiva. Diante disso é correto afirmar:

- a) O Programa de Famílias Acolhedoras é um serviço de acolhimento provisório diferenciado.
- b) O Programa de Famílias Acolhedoras é entendido enquanto possibilidade de colocação de crianças e adolescentes em família substituta.
- c) O Programa de Famílias Acolhedoras é um programa que pode auxiliar nos processos de adoção.
- d) O Programa de Famílias Acolhedoras foi proposto pela Política de Assistência Social.
- e) O Programa de Famílias Acolhedoras destina-se a atender crianças de 0 a 6 anos de idade.

23. Após denúncia de negligência nos cuidados da menina Érika, de 7 (sete) anos, o Conselho Tutelar atendeu os pais da criança, constatando a necessidade de organizar e fortalecer o ambiente familiar. Dentre as medidas abaixo elencadas, qual não poderá ser aplicada aos pais de Érika?

- a) Prestação de serviços à comunidade.
- b) Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de promoção à família.
- c) Encaminhamento a cursos ou programas de orientação.
- d) Advertência.
- e) Encaminhamento a tratamento psicológico.

24. São mecanismos de formulação, deliberação, controle, financiamento e participação das políticas governamentais e não-governamentais voltados à criança e ao adolescente no Município de Ubatuba, exceto:

- a) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ubatuba.
- b) O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- c) A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- d) A Conferência Municipal da Assistência Social.
- e) Os Conselhos Tutelares.

25. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. Trabalho Infantil é aquele exercido por crianças.
 - II. Trabalho doméstico realizado por adolescentes não faz parte da lista TIP.
 - III. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil faz parte da política de Assistência Social.
- a) Está correta apenas a afirmação I.
 - b) Está correta apenas a alternativa II.
 - c) Está correta apenas a alternativa III.
 - d) Estão corretas as alternativas I e II.
 - e) Todas estão corretas.

26. Cauã, de 8 (oito) anos, mora com seus pais e é vítima de maus-tratos impostos por seu pai. Neste caso, a autoridade judiciária poderá determinar como medida cautelar:

- a) A prisão do agressor.
- b) A prisão do pai e da mãe.
- c) A retirada da criança e/ou adolescente da moradia comum.
- d) O afastamento do agressor da moradia comum.
- e) A perda do poder familiar.

27. A criação de Conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente está estabelecida no artigo 88 do ECA. Com relação aos Conselhos, é correto afirmar:

- a) A função de membro dos Conselhos estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente é considerada de interesse público e poderá ser remunerada, de acordo com o produto interno bruto do município.
- b) Os Conselhos dos Direitos de Crianças e Adolescentes são órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis.
- c) É responsável pelo processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, desde que não haja Vara da Infância e Juventude no município.
- d) O Conselho deve ser formado por integrantes do Poder Público e representantes escolhidos pelas organizações da sociedade civil, na proporção de dois para um.
- e) Todas as afirmações estão incorretas.

28. "Nesse meio tempo, o celular tocou e, é claro, a pessoa do outro lado da linha denunciava que uma criança estava tendo seus direitos violados. A voz aflita que vinha do aparelho me contava que uma menina encontrava-se sozinha e presa dentro de casa havia, aproximadamente, 24 horas". (Extraído do texto: "Naquela Tarde de Sábado Quem Mais Brilhou Foi o ECA", Causos do ECA).

Diante da situação de denúncia descrita no texto acima, que aponta violações de direitos recebida pelo Conselho Tutelar, assinale a alternativa correta:

- a) Não deverá fazer nada, pois seguramente é um trote.
- b) Não poderá iniciar procedimentos com base em uma denúncia anônima.
- c) Deverá identificar a origem da chamada e informar a família acusada para que tome providências em relação ao denunciante.
- d) Deverá colocar a criança em uma instituição de acolhimento até descobrir quem é o denunciante.
- e) Deverá instaurar um procedimento para verificar a veracidade da denúncia, independentemente de sua origem.

29. Sobre as medidas de proteção à criança e ao adolescente previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos na citada Lei forem ameaçados ou violados:

- a) Por ação da sociedade ou Estado;
- b) Por omissão da sociedade ou Estado;
- c) Por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- d) Em razão de sua conduta;
- e) Todas as afirmações estão corretas.

30. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as medidas socioeducativas abaixo elencadas, exceto:

- a) Liberdade assistida.
- b) Advertência.
- c) Acolhimento institucional.
- d) Obrigação de reparar o dano.
- e) Internação em estabelecimento educacional.

31. Analise as afirmativas a seguir e assinale a correta:

- a) A criança, somente em algumas situações, tem assegurado o direito à convivência familiar e comunitária.
- b) Os hospitais, após a vigência do ECA, devem proporcionar condições para a permanência, em tempo integral, de um dos pais ou responsáveis no caso de internação da criança.
- c) Somente o profissional da saúde é obrigado a comunicar ao Conselho Tutelar os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos envolvendo seus pacientes.
- d) Segundo o ECA, é necessária a prévia suspensão ou destituição do poder familiar para a colocação em família acolhedora.
- e) A revogação da guarda não exige decisão judicial fundamentada.

32. O professor de uma escola suspeitou, durante a aula, de que um de seus alunos, de doze anos de idade, estava sendo vítima de maus-tratos. Nesse caso, o ECA determina que o caso seja obrigatoriamente encaminhado para:

- a) Conselho Tutelar
- b) Ministério Público.
- c) CRAS.
- d) Juiz da infância e da juventude
- e) Autoridade policial mais próxima

33. Diogo e Bruna têm uma filha de sete (07) anos de idade. Não querem matricular a filha no ensino regular, por considerarem que a escola formal não oferece educação de qualidade. Além do mais, eles possuem condições para oferecer um ensino particular, remunerando os professores para ministrar aulas em sua própria casa. Se este casal consultar o Conselho tutelar sobre esta questão, qual a orientação que será fornecida:

- a) Desde que o Conselho Tutelar permita, os pais podem educar seus filhos em casa até o 9º ano do ensino fundamental.
- b) Somente poderão educar seus filhos fora da escola se obtiverem autorização expedida pelo Ministério da Educação e Cultura.
- c) Até idade de dez anos, qualquer criança pode ser educada fora dos muros da escola formal, desde que sob a supervisão dos pais com o acompanhamento do Conselho Tutelar.
- d) Os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.
- e) Todas as afirmações são incorretas

34. Quando não houver Conselho Tutelar no Município por quaisquer motivos que seja caberá:

- a) Enquanto não instalados os Conselhos Tutelares, as atribuições a eles conferidas serão exercidas pelo CREAS.
- b) Enquanto não instalados os Conselhos Tutelares, as atribuições a eles conferidas serão exercidas pela autoridade judiciária.
- c) Enquanto não instalados os Conselhos Tutelares, as atribuições a eles conferidas serão exercidas pela Promotoria.
- d) Enquanto não instalados os Conselhos Tutelares, as atribuições a eles conferidas serão exercidas pela Polícia Civil.
- e) Enquanto não instalados os Conselhos Tutelares, as atribuições a eles conferidas serão exercidas pela Polícia Militar.

35. Em referência ao Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária/2007-2015, leia atentamente as afirmações abaixo:

- I. A família pode ser pensada como um grupo de pessoas que são unidas por laços de consangüinidade, de aliança e de afinidade. Esses laços são constituídos por representações, práticas e relações que implicam obrigações mútuas. Por sua vez, estas obrigações são organizadas de acordo com a faixa etária, as relações de geração e de gênero, que definem o status da pessoa dentro do sistema de relações familiares.
- II. A família deve ser pensada como um grupo de pessoas que são unidas por laços de consangüinidade. Esses laços são constituídos por representações, práticas e relações que implicam obrigações mútuas. Por sua vez, estas obrigações são organizadas de acordo com a faixa etária, as relações de geração e de gênero, que definem o status da pessoa dentro do sistema de relações familiares.
- III. A família nuclear tradicional, estruturada, deve ser o modelo a ser adotado, em detrimento a outras formas de organização familiar. Outras formas de organização familiar, não devem ser reconhecidas, evidenciando que as funções de proteção e socialização podem ser exercidas somente no arranjo da família nuclear, buscando-se, assim, a ideia de modelo familiar “normal”.
- IV. Quando, para a proteção de sua integridade física e psicológica, for detectada a necessidade do afastamento da criança e do adolescente da família de origem, os mesmos deverão ser atendidos em serviços que ofereçam cuidados e condições favoráveis ao seu desenvolvimento saudável, devendo-se trabalhar no sentido de viabilizar a reintegração à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente as afirmações I, III, e IV estão corretas.
- b) Somente as afirmações II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as afirmações I, IV estão corretas.
- d) Somente as afirmações II, III estão corretas.
- e) Todas as afirmações estão corretas.

36. O acolhimento institucional conta com determinados parâmetros que definem o tipo de serviço que deve ser oferecido a partir do perfil das crianças e adolescentes atendidos. Desta forma, leia o texto abaixo:

“Este serviço de acolhimento, deve ter aspecto semelhante ao de uma residência, estar inserido em áreas residenciais e utilizar equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. Deverá manter aspecto semelhante ao de uma residência, seguindo o padrão arquitetônico das demais residências da comunidade na qual estiver inserida. Não devem ser instaladas placas indicativas da natureza institucional do equipamento, também devendo ser evitadas nomes que remetam a aspectos negativos, estigmatizando e despotencializando os usuários. O público alvo, são crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, com o número máximo de acolhidos: 20 crianças e adolescentes. Não deve haver separação de grupo de irmãos. A equipe é composta por: 1 coordenador(a), 1 psicólogo(a), 1 assistente social e de 8 a 10 educadores que se revezam em turnos.”

De qual modalidade de serviço de acolhimento institucional, o texto se refere?

- a) Casa de Passagem
- b) República
- c) Casa Lar
- d) Abrigo Institucional
- e) Casa Moradia

37. Assinale a alternativa correta, onde estão presentes todos os eixos estratégicos previstos no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.(QUESTÃO ANULADA)

- a) Prevenção; defesa e responsabilização; comunicação e mobilização social; participação e protagonismo; estudos e pesquisas.
- b) Prevenção; atenção; defesa e responsabilização; comunicação e mobilização social; participação e protagonismo.
- c) Prevenção; atenção; defesa e responsabilização; comunicação e mobilização social; participação e protagonismo; estudos e pesquisas.
- d) Prevenção; atenção; defesa e responsabilização; comunicação e mobilização social; participação e controle social; estudos e pesquisas.
- e) Prevenção; atenção; defesa e responsabilização; divulgação e controle social; participação e protagonismo; estudos e pesquisas.

38. De acordo com o artigo 95 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a fiscalização das entidades de atendimento à criança e ao adolescente compete ao:

- a) Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar.
- b) Ministério Público e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- c) Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- d) Apenas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- e) Apenas ao Ministério Público.

39. A adolescente Regina foi à escola sem o uniforme escolar, pois de acordo com seus preceitos religiosos, na semana em questão, precisava trajar roupas brancas e turbante na cabeça. Ao entrar na escola a inspetora de alunos a barrou, questionando a falta do uso do uniforme. Regina explicou que estava seguindo sua crença religiosa. A diretora da escola aplicou-lhe uma advertência e a suspendeu, informando-a de que só poderia retornar às aulas, vestida com o uniforme escolar. Assinale a alternativa correta:

- a) A escola agiu de forma adequada, pois deve seguir as regras fixadas pela Secretaria da Educação, que determina o uso obrigatório do uniforme escolar, em qualquer hipótese.
- b) A escola agiu de forma adequada, pois faz parte do processo educacional ensinar o respeito às normas e regras fixadas pelas unidades de ensino.
- c) A escola agiu de forma inadequada, pois deveria disponibilizar um espaço reservado para a aluna assistir às aulas, afastado dos demais alunos, garantindo que a comunidade escolar não fosse influenciada pela religião da aluna, mas assegurando o seu direito à educação.
- d) A escola agiu de forma adequada, pois a escola não é local para a manifestação e difusão de crenças religiosas.
- e) A escola agiu de forma inadequada, pois feriu o direito à liberdade da aluna, que abrange entre outros aspectos, suas crenças religiosas.

40. Considere as afirmações a seguir:

- I. As entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade.
- II. O registro terá validade máxima de 4 (quatro) anos, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, periodicamente, reavaliar o cabimento de sua renovação.
- III. Será negado o registro à entidade que não apresente em seu quadro de recursos humanos profissionais ligados à área da assistência social.

Assinale:

- a) Se apenas I estiver correta.
- b) Se apenas I e II estiverem corretas.
- c) Se apenas I e III estiverem corretas.
- d) Se apenas II estiver correta.
- e) Se todas estiverem corretas.